



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Vice-Presidência do Governo

Direcção Regional de Organização e Administração Pública



Relatório das Finanças Locais de



2008



Região Autónoma dos Açores



ÍNDICE

0. INTRODUÇÃO	5
1. MUNICÍPIOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	6
1.1. Caracterização geral.....	6
2. A CONTABILIDADE AUTÁRQUICA.....	9
2.1. O Plano Oficial de Contabilidade Autárquica (POCAL)	9
2.2. As obrigações contabilísticas exigidas na Lei das Finanças Locais	11
3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS	12
3.1. Independência Financeira	12
3.2. Estrutura das Receitas	14
3.3. Estrutura das Despesas	16
3.4. Situação Financeira Global	18
4. ANÁLISE ECONÓMICA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL	20
4.1. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração de Resultados.....	20
4.2. Análise das componentes do Balanço agregado.....	22
4.2.1. Activo	22
4.2.2. Fundos Próprios	26
4.2.3. Passivo	31
4.2.4. Liquidez.....	34
4.2.5. Endividamento	36
4.3. Proveitos, custos e resultados.....	38
4.3.1. Demonstração de Resultados	38
4.3.2. Custos	41
4.3.3. Proveitos	42
5. CONCLUSÃO.....	44

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos Municípios da RAA, por dimensão populacional	7
Gráfico 2 – Estrutura Financeira em 2008	13
Gráfico 3 – Comparação da Estrutura Financeira em 2007 e 2008	14
Gráfico 4 – Estrutura das Receitas e das Despesas em 2008	19

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização dos Municípios da RAA, por ilha	8
Quadro 2 – Estrutura das receitas.....	14
Quadro 3 – Estrutura das receitas cobradas	16
Quadro 4 – Estrutura das despesas.....	17
Quadro 5 – Estrutura das despesas pagas.....	18
Quadro 6 – Estrutura das Receitas e das Despesas em 2008	18
Quadro 7 – Estrutura do Activo do Balanço	22
Quadro 8 – Bens de Domínio Público	23
Quadro 9 – Imobilizado Corpóreo	24
Quadro 10 – Investimentos Financeiros.....	24
Quadro 11 – Existências.....	24
Quadro 12 – Dívidas a Receber (de terceiros)	25
Quadro 13 – Disponibilidades	25
Quadro 14 – Acréscimos e Diferimentos.....	26
Quadro 15 – Estrutura dos Fundos Próprios do Balanço	27
Quadro 16 – Património.....	27
Quadro 17 – Reservas, subsídios e doações	28

Quadro 18 – Resultados Transitados.....	29
Quadro 19 – Resultado Líquido do Exercício	30
Quadro 20 – Total dos Fundos Próprios	31
Quadro 21 – Estrutura do Passivo do Balanço	31
Quadro 22 – Dividas a Pagar (Curto e médio e longo prazo).....	32
Quadro 23 – Acréscimos de Custos.....	33
Quadro 24 – Proveitos Diferidos	34
Quadro 25 – Liquidez Global dos Municípios da Região.....	35
Quadro 26 – Liquidez de cada Município.....	36
Quadro 27 – Fórmula do Endividamento Líquido Municipal.....	37
Quadro 28 – Endividamento Líquido Global, em 2007 e 2008.....	37
Quadro 29 – Endividamento Líquido de cada Município	38
Quadro 30 – Estrutura dos Custos e Proveitos dos Municípios da Região	39
Quadro 31 – Demonstração de Resultados dos Municípios da Região (2007 e 2008)..	40
Quadro 32 – Resultado Líquido de cada Município	41
Quadro 33 – Estrutura dos Custos dos Municípios da Região.....	42
Quadro 34 – Estrutura dos Proveitos dos Municípios da Região.....	43

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 – Municípios dos Açores, por ilha	6
--	---

0. INTRODUÇÃO

A Direcção Regional de Organização e Administração Pública (DROAP), no âmbito das suas competências que lhe são atribuídas na área das finanças locais, elabora anualmente um relatório sobre a situação financeira dos municípios, o qual resulta da análise dos documentos de Prestação de Contas recebidos neste departamento.

O presente relatório sobre a situação financeira dos municípios no ano de 2008, encontra-se dividido em quatro pontos:

No primeiro ponto, fazemos uma breve caracterização de cada um dos dezanove municípios da Região Autónoma da Açores (RAA) e uma distribuição por «médios» e «pequenos» de acordo com a densidade populacional.

No segundo ponto, abordaremos a implementação do Plano Oficial de Contabilidade Autárquica (POCAL), bem como as obrigações contabilísticas exigidas na Lei das Finanças Locais.

No terceiro ponto, procedemos à análise da execução orçamental dos municípios nos anos de 2007 e 2008, com base nos Fluxos de Caixa. A análise efectuada assenta em comparações entre os municípios e procura ter em conta as suas diferenças e outras circunstâncias específicas, que justifiquem os valores apresentados.

No quarto ponto, procedemos à análise da situação económica, financeira e patrimonial dos municípios da região, com base nos seus Balanços e Demonstrações de Resultados.

Por último, apresentamos as conclusões da análise realizada aos documentos de Prestação de Contas dos municípios da região.

O DIRECTOR REGIONAL

Victor Jorge Ribeiro Santos

1. MUNICÍPIOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

1.1. Caracterização geral

A definição de Município aparece, pela primeira vez, no artigo 38.º da Lei n.º 77/79, de 25 de Outubro (Lei sobre atribuições das Autarquias Locais), como «a pessoa colectiva territorial, dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios da população na respectiva circunscrição».

Actualmente, existem na Região Autónoma dos Açores (RAA) 19 (dezanove) municípios, distribuídos pelas 9 (nove) ilhas do arquipélago.



Mapa 1 – Municípios dos Açores, por ilha

Os municípios podem ser categorizados em três dimensões:

- Pequenos – com população menor ou igual a 20 000 habitantes;
- Médios – com população maior que 20 000 habitantes e menor ou igual a 100 000 habitantes;
- Grandes – com população maior que 100 000 habitantes.

Considerando estas dimensões, os municípios da RAA distribuem-se da seguinte forma:

Pequenos	Médios	Grandes
15 Municípios	4 Municípios	0 Municípios

Da análise do Gráfico 1, verifica-se que na RAA predominam os municípios de pequena dimensão e somente quatro municípios é que são de média dimensão (Ponta Delgada, Ribeira Grande e Praia da Vitória).

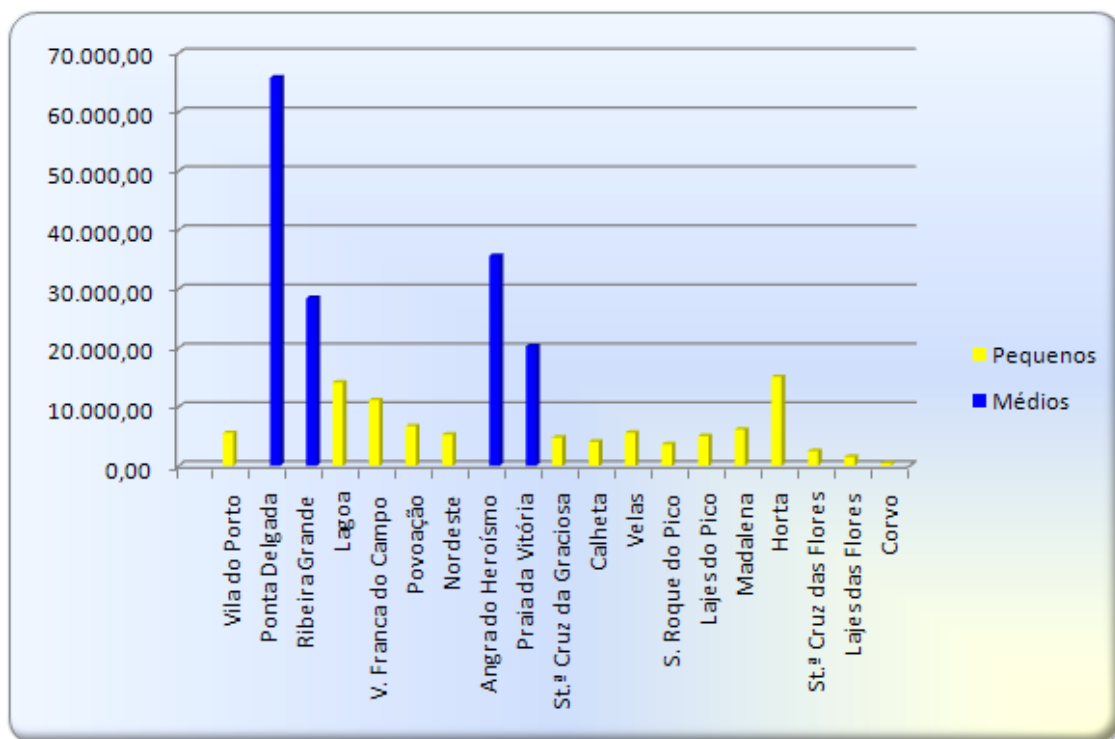


Gráfico 1 – Distribuição dos Municípios da RAA, por dimensão populacional

Por outro lado, no que respeita à densidade populacional e agrupando os municípios por ilhas, o quadro seguinte, mostra que é nas ilhas de S. Miguel e Terceira, onde está concentrada grande parte da população, representado 78% da população do arquipélago dos Açores.

Ilhas	MUNICIPIOS	Área (Km2)	População residente em 2001	Densidade Hab. / Km2	N.º de freguesias
Santa Maria	Vila do Porto	97,00	5.578,00	57,51	5
Subtotal 1	1	97,00	5.578,00	57,51	5
S. Miguel	Ponta Delgada	232,00	65.854,00	283,85	24
	Ribeira Grande	180,00	28.462,00	158,12	14
	Lagoa	46,00	14.126,00	307,09	5
	V.Franca Campo	78,00	11.150,00	142,95	6
	Povoação	110,00	6.726,00	61,15	6
	Nordeste	102,00	5.291,00	51,87	9
Subtotal 2	6	748,00	131.609,00	175,95	64
Terceira	Angra do Heroísmo	240,00	35.581,00	148,25	19
	Praia da Vitória	162,00	20.252,00	125,01	11
Subtotal 3	2	402,00	55.833,00	138,89	30
Graciosa	S.Cruz da Graciosa	62,00	4.780,00	77,10	4
Subtotal 4	1	62,00	4.780,00	77,10	4
S. Jorge	Calheta	127,00	4.069,00	32,04	5
	Velas	119,00	5.605,00	47,10	6
Subtotal 5	2	246,00	9.674,00	39,33	11
Pico	S. Roque do Pico	144,00	3.629,00	25,20	5
	Lajes do Pico	154,00	5.041,00	32,73	6
	Madalena	149,00	6.136,00	41,18	6
Subtotal 6	3	447,00	14.806,00	33,12	17
Faial	Horta	173,00	15.063,00	87,07	13
Subtotal 7	1	173,00	15.063,00	87,07	13
Flores	St.ª Cruz Flores	72,00	2.493,00	34,63	4
	Lajes das Flores	70,00	1.502,00	21,46	7
Subtotal 8	2	142,00	3.995,00	28,13	11
Corvo	Corvo	17,00	425,00	25,00	0
Subtotal 9	1	17,00	425,00	25,00	0
TOTAL	19	2.334,00	241.763,00	103,58	155

Quadro 1 – Caracterização dos Municípios da RAA, por ilha

2. A CONTABILIDADE AUTÁRQUICA

2.1. O Plano Oficial de Contabilidade Autárquica (POCAL)

Na década de 90, iniciou-se em Portugal a reforma orçamental e da contabilidade pública com a publicação do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, que estabeleceu um Novo Regime de Administração Financeira do Estado (RAFE) e consequentemente a publicação da Nova Lei de Bases da Contabilidade Pública (Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro). Após a publicação da Lei de Bases seguiram-se outros diplomas que sustentam as reformas actuais, destacando-se o Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), sendo este de aplicação obrigatória a toda a administração pública.

Este processo de reforma global do sistema contabilístico público implicou mudanças ao nível da Contabilidade Autárquica e a necessidade de se aprovar o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), através do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, no qual se destacam as inovações seguintes:

- *«a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade pública moderna, que constitua um instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais»;*
- a obrigatoriedade de serem implementados os três subsistemas contabilísticos: a contabilidade orçamental (baseia-se no princípio de caixa, em que as receitas e despesas são reconhecidas no momento em que se verifica o respectivo recebimento e pagamento. Os mapas principais são os mapas de execução orçamental da receita e da despesa e os fluxos de caixa); a contabilidade patrimonial (elaborada na base do acréscimo, onde se registam todos os acontecimentos que implicam uma alteração, em termos quantitativos ou qualitativos, do património da autarquia. Os principais mapas são o balanço e a demonstração dos resultados) e a contabilidade de custos (a qual permite obter obtida informação do custo por funções, por bens e por serviços);

- A contabilidade patrimonial, implica a elaboração do inventário global que consiste na listagem dos elementos patrimoniais (bens, direitos e obrigações) da autarquia, com a indicação dos custos unitários, quantidades e valores. Após a sua elaboração, torna-se necessário comparar o activo com o passivo, para conhecer o valor e a natureza da situação líquida encontrada, daqui resultando o Balanço Inicial. A elaboração do balanço inicial reveste-se de muita importância, pois pela primeira vez é apurada a posição financeira e económica da autarquia. O POCAL define os critérios de valorimetria e a Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP) recomenda a utilização do CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado);
- A obrigatoriedade da aprovação de um Sistema de Controlo Interno (SCI) adequado às actividades da autarquia, devendo o órgão executivo assegurar o seu funcionamento, acompanhamento e avaliação permanente;
- A obrigatoriedade de serem apresentados vários documentos previsionais e de prestação de contas.

Assim, o novo sistema contabilístico autárquico, POCAL, apresenta as seguintes vantagens:

- Permite verificar mais facilmente o cumprimento da legalidade, da regularidade financeira e da eficácia das operações;
- Permite registar a execução do orçamento e determinar os resultados orçamentais (défice ou excedente);
- Possibilita o controlo e o acompanhamento da situação orçamental e financeira;
- Possibilita a preparação do balanço patrimonial da autarquia, reconhecendo a composição e valor do seu património, bem como a sua evolução;
- Possibilita a determinação dos resultados económicos em termos analíticos, evidenciando os custos, os proveitos e resultados, para cada função, bem, serviço ou actividade (perspectiva económica e de custos);
- Os três subsistemas contabilísticos integrados (contabilidade orçamental, contabilidade patrimonial e contabilidade de custos) tornam possível controlar simultaneamente a execução do orçamento e a gestão económica e patrimonial.

2.2. As obrigações contabilísticas exigidas na Lei das Finanças Locais

A mudança do sistema contabilístico autárquico foi fortificada com a publicação da “nova” Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro) que, em matéria de contabilidade trouxe as seguintes inovações:

- No artigo 46.º, estabeleceu a obrigatoriedade para os municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de empresas municipais ou intermunicipais de apresentarem contas consolidadas e que os procedimentos contabilísticos de consolidação são os definidos no POCAL. No entanto, o POCAL ainda não definiu regras de consolidação, aguardando-se a publicação de normas e procedimentos relativos a esta matéria;
- No artigo 47.º, estabeleceu a obrigatoriedade das contas dos municípios e das associações de municípios que detenham participações no capital de entidades do sector empresarial local serem remetidas ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal das contas e do parecer sobre as contas apresentados pelo Revisor Oficial de Contas ou sociedades de revisores oficiais de contas;
- No artigo 48.º, estabeleceu a obrigatoriedade das contas dos municípios e das associações de municípios que detenham capital em fundações ou em empresas municipais serem verificadas por um auditor externo.

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS

Neste ponto, pretende-se evidenciar a execução orçamental para a globalidade dos municípios da Região, resultante da execução económica do ano de 2008, discriminando as diversas componentes, designadamente a receita e a despesa relevantes para efeitos de determinação de diferentes saldos, bem como a sua discriminação pela natureza económica corrente e capital.

3.1. Independência Financeira

Para se aferir o grau de independência financeira dos municípios, vai-se adoptar o rácio que relaciona as receitas próprias com as receitas totais. Existe independência financeira quando as receitas próprias representam pelo menos 50% das receitas totais. As receitas próprias do município são as receitas totais deduzidas das transferências e dos passivos financeiros.

Pela análise do Gráfico 2, verifica-se que na Região não existe nenhum município com independência financeira. Os municípios que têm receitas próprias com valores que se aproximam da independência financeira são os municípios de Ponta Delgada e Lagoa, com 40% e 36%, respectivamente. Constata-se que existe uma grande dependência dos municípios em relação às Transferências e que esta se situa entre os 48% (Ponta Delgada e Lagoa) e os 95% (Corvo). De referir que doze municípios apresentaram receitas creditícias (empréstimos) e o peso dos mesmos em relação às receitas totais varia entre 2% (Lajes do Pico) e 55% (Vila Franca do Campo).

A dependência financeira dos municípios apresenta uma amplitude entre o máximo de 95% (Corvo e Nordeste) e um mínimo de 60% (Ponta Delgada).

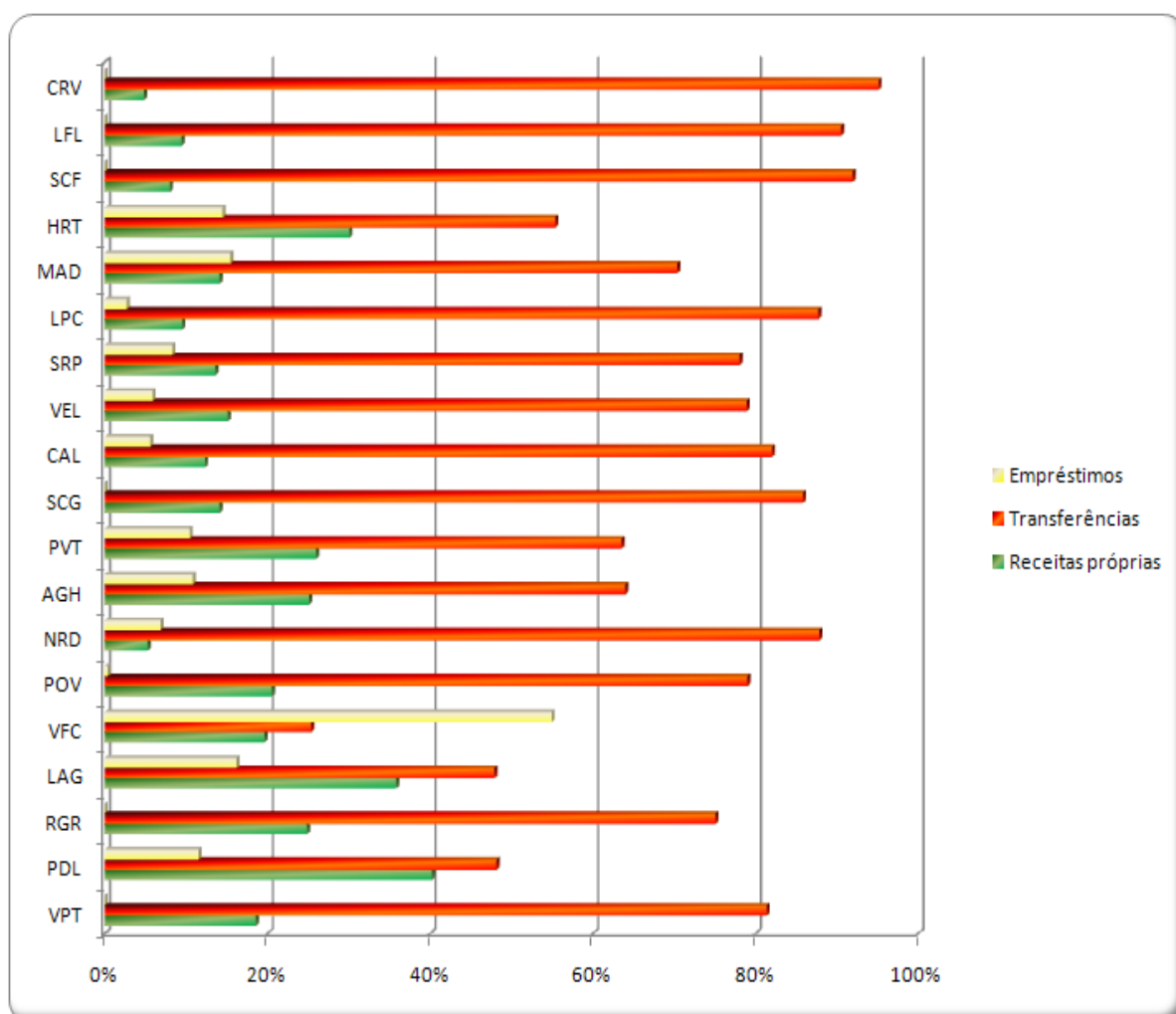


Gráfico 2 – Estrutura Financeira em 2008

Comparando a estrutura financeira de 2008 com a estrutura financeira de 2007, gráfico 3, verifica-se um ligeiro aumento da dependência financeira dos municípios, passando, na análise global, as receitas próprias de 28%, em 2007, para 25%, em 2008.

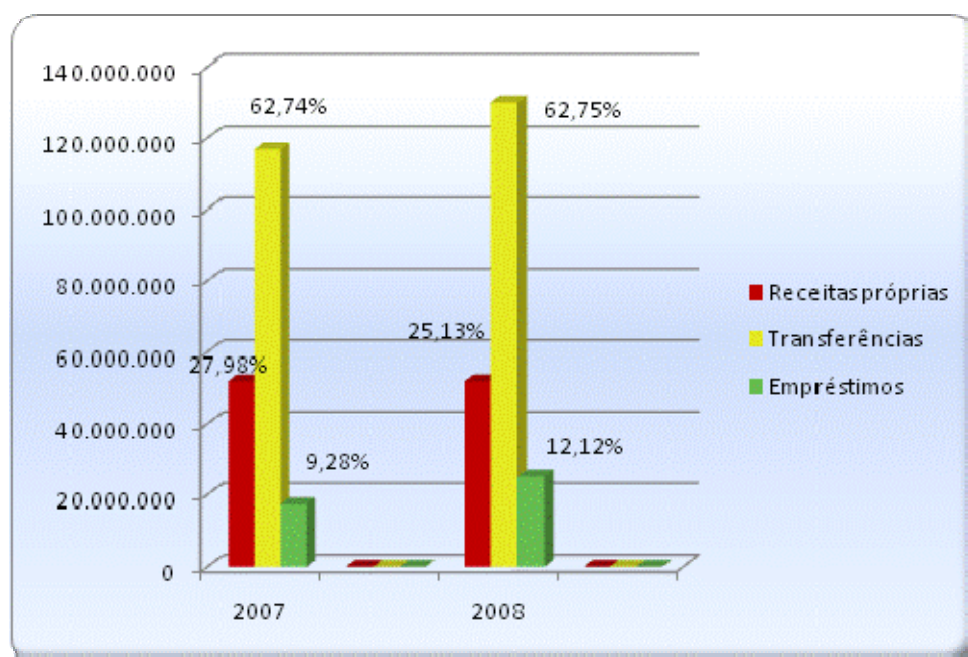


Gráfico 3 – Comparação da Estrutura Financeira em 2007 e 2008

3.2. Estrutura das Receitas

A estrutura das receitas está definida no classificador económico das receitas (Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro), e divide-se em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas, sendo constituída por diversos capítulos, a saber:

RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL	OUTRAS RECEITAS
01 – Impostos directos	09 – Venda de bens de investimento	15 – Reposições não abatidas nos pagamentos
02 – Impostos indirectos	10 – Transferências de capital	16 – Saldo da gerência anterior
04 – Taxas, multas e outras penalidades	11 – Activos Financeiros	17 – Operações extra-orçamentais
05 – Rendimentos de propriedade	12 – Passivos Financeiros	
06 – Transferências correntes	13 – Outras receitas de capital	
07 – Venda de bens e serviços correntes		
08 – Outras receitas correntes		

Quadro 2 – Estrutura das receitas

O Quadro 3, apresenta a estrutura das receitas cobradas dos municípios da região sendo de salientar os aspectos seguintes:

- De 2007 para 2008 a alteração na estrutura das receitas é muito pouco significativa, verificando-se um aumento de 11,32% nas receitas que resultou dos aumentos verificados nas transferências e nos empréstimos;
- As transferências recebidas do Estado (Fundos do Orçamento do Estado) são, a nível geral, a principal fonte de receita. Em média, representam 46,36% das receitas totais (49,22% em 2007);
- No que se refere ao peso dos Impostos e Taxas, representam 13,88% em 2008, verificando-se uma diminuição de aproximadamente 2% comparativamente ao ano de 2007 (15,91%);
- Estas duas componentes da receita representavam em 2007, relativamente à receita total, um peso médio global de 65,13% e, em 2008 passaram a representar 60,24% das receitas totais. Face ao peso destas duas componentes e sendo as taxas unitárias dos impostos totais, definidos em sede de Assembleia da República, a liquidação e cobrança efectuada pela Administração Central (pese embora a crescente eficiência desta cobrança) assim como o Orçamento Total de Impostos do Estado a repartir pelos municípios, definido em sede de Orçamento de Estado, pouca capacidade de actuação no âmbito da receita, restará para o sector da Administração Local. Ficaram apenas com elasticidade de acção para actuarem ao nível da fixação de taxas e licenças, bem como da venda de bens e serviços correntes. No entanto, esta capacidade de decisão está condicionada ao princípio da equidade e proporcionalidade, devendo existir justificação e fundamentação jurídico-económico dos quantitativos a cobrar. Face ao exposto, a consolidação financeira do sector autárquico, ter-se-à que fazer pela óptica da despesa, promovendo-se a economia de consumo, rentabilização de recursos e maior eficácia na utilização dos meios;
- A venda de bens e serviços, ao representar em média 3,47% da receita total, não assume um papel importante para alcançar uma maior independência financeira. Uma das razões para o peso da venda de bens e serviços não ser relevante na receita, é o facto dos municípios de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo terem serviços municipais autonomizados de águas e saneamento transferindo para estes o proveito da venda destes serviços. Ora, como não se

está a proceder à análise das contas consolidadas, os municípios que têm serviços municipalizados autónomos, apresentam menor peso destas receitas. Assim, este indicador da estrutura da receita, não será o mais fiável para se avaliar o grau de independência financeira do município.

RECEITAS	2007		2008	
	186.252.348	100,00%	207.336.109	100,00%
Receitas próprias	52.113.730	27,98%	52.103.377	25,13%
IMI	8.393.433	4,51%	9.108.022	4,39%
IUC	2.378.625	1,28%	2.304.062	1,11%
IMT	12.047.266	6,47%	10.442.226	5,04%
Loteamentos e obras	3.118.929	1,67%	2.694.979	1,30%
Ocupação da via pública	514.933	0,28%	664.686	0,32%
Saneamento	3.178.872	1,71%	3.570.215	1,72%
Juros, rendas e dividendos	2.037.773	1,09%	1.934.649	0,93%
Venda de bens	367.991	0,20%	424.869	0,20%
Fornecimento de água	6.673.300	3,58%	6.586.028	3,18%
Trabalhos para particulares	176.148	0,09%	191.315	0,09%
Outras receitas locais	13.226.459	7,10%	14.182.325	6,84%
Transferências	116.850.184	62,74%	130.098.229	62,75%
Fundos Orçamento do Estado	91.680.561	49,22%	96.124.922	46,36%
Fundos Comunitários	14.995.126	8,05%	15.044.492	7,26%
Transferências - Governo Regional	5.897.026	3,17%	7.626.663	3,68%
Outras Transferências	4.277.472	2,30%	11.302.152	5,45%
Empréstimos	17.288.433	9,28%	25.134.503	12,12%
Empréstimos	17.288.433	9,28%	25.134.503	12,12%

Quadro 3 – Estrutura das receitas cobradas

3.3. Estrutura das Despesas

A estrutura das despesas públicas para todo o sector da Administração está definida no classificador económico das despesas (Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro). Este documento representa um enorme contributo para a transparência da informação, pois uniformiza para todos os sectores da Administração Pública a classificação das despesas públicas, permitindo uma leitura transversal das mesmas e facilitando o processo de consolidação das contas, tanto de carácter horizontal como vertical.

As despesas são agrupadas pela sua natureza económica em despesas correntes e despesas de capital. Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de capítulos de agregados económicos com a denominação apresentada no quadro seguinte:

DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	OUTRAS DESPESAS
01 – Despesas com o pessoal	07 – Aquisição de bens de capital	12 – Operações extra-orçamentais
02 – Aquisição de bens e serviços	08 – Transferências de capital	
03 – Juros e outros encargos	09 – Activos Financeiros	
04 – Transferências correntes	10 – Passivos Financeiros	
05 – Subsídios	11 – Outras receitas de capital	
06 – Outras despesas correntes		

Quadro 4 – Estrutura das despesas

Da análise do Quadro 5, salientam-se os seguintes aspectos:

- A despesa mais representativa foi a de Investimento (aquisição de bens de capital), com o peso de 36,67% e aumentou 4,20% em relação a 2007 (32,47%). Deste modo, verificou-se um aumento no Investimento em relação a 2007 e foi esta a rubrica que sofreu o maior aumento em relação ao ano anterior;
- As despesas com pessoal também têm um peso importante, em 2008 representam 23,29% da despesa total. De referir que se verificou uma diminuição de 2,19% comparativamente ao ano de 2007;
- As aquisições de bens e serviços são o terceiro nesta hierarquia de importância relativa no total da despesa paga, com um peso de 13,19%, diminuindo 1,39%, em relação ao ano anterior;
- As transferências e subsídios representam 6,65% da despesa paga e em 2007 representavam 6,05%, verificando-se um aumento de 0,60%;
- Verifica-se ainda, em relação a 2007, um aumento do peso da estrutura em Activos Financeiros (investimentos financeiros), de 0,43% e uma diminuição em Passivos Financeiros (amortizações de empréstimos), de 0,63%. As amortizações de empréstimos são também uma despesa relevante, representando um peso médio de 6,67%;
- Em relação à rubrica de Transferências de Capital, verificou-se uma diminuição de 1,44 p.p. comparativamente ao ano de 2007 (9,50%);
- As outras rubricas de despesas têm um peso residual na despesa e não sofreram alterações significativas;

- Numa análise comparativa do total das despesas correntes e despesas de capital, verifica-se que as despesas de capital representam 52,63% (49,98% em 2007).

DESPESAS	2007		2008	
	184.548.371	100,00%	206.850.112	100,00%
Pessoal	47.031.485	25,48%	48.167.976	23,29%
Aquisição de bens e serviços	26.914.608	14,58%	27.284.720	13,19%
Juros e outros encargos	6.138.345	3,33%	7.254.987	3,51%
Transferências correntes	7.498.809	4,06%	7.095.935	3,43%
Subsídios	3.670.168	1,99%	6.655.692	3,22%
Outras despesas correntes	1.053.098	0,57%	1.524.844	0,74%
Total de despesas correntes	92.306.513	50,02%	97.984.154	47,37%
Aquisição de bens de capital	59.918.917	32,47%	75.853.730	36,67%
Transferências de capital	17.537.990	9,50%	16.675.523	8,06%
Activos financeiros	117.500	0,06%	1.017.998	0,49%
Passivos financeiros	13.470.190	7,30%	13.787.466	6,67%
Outras despesas de capital	1.197.261	0,65%	1.531.242	0,74%
Total de despesas de capital	92.241.858	49,98%	108.865.958	52,63%

Quadro 5 – Estrutura das despesas pagas

3.4. Situação Financeira Global

Da análise do Quadro 6 e Gráfico 4, podemos concluir que as receitas correntes cobradas são superiores às despesas correntes pagas. Assim, o saldo corrente de caixa para a média dos municípios da região é positivo, ascendendo a 10.164.770€ e verifica-se uma diminuição de 24,16% em relação ao ano de 2007 (13.402.185€).

Receitas	2007		2008	
	186.161.927	100,00%	207.132.738	100,00%
Correntes	105.708.698	56,78%	108.148.924	52,21%
Capital	80.453.229	43,22%	98.983.814	47,79%
Despesas	184.548.371	100,00%	206.850.112	100,00%
Correntes	92.306.513	50,02%	97.984.154	47,37%
Capital	92.241.858	49,98%	108.865.958	52,63%

Quadro 6 – Estrutura das Receitas e das Despesas em 2008

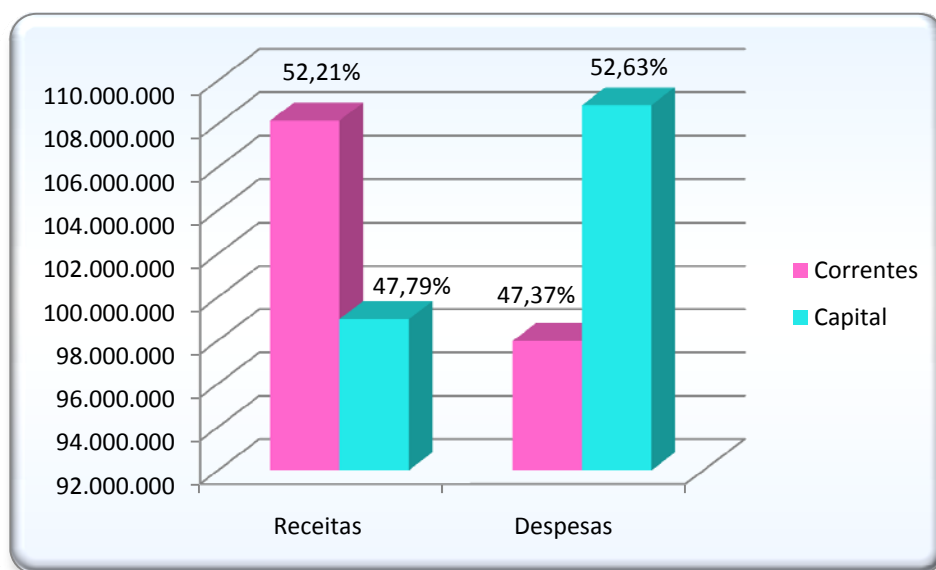


Gráfico 4 – Estrutura das Receitas e das Despesas em 2008

4. ANÁLISE ECONÓMICA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

4.1. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração de Resultados

O POCAL definiu «os *princípios orçamentais e contabilísticos e os de controlo interno, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, o balanço, a demonstração de resultados, bem assim os documentos previsionais e os de prestação de contas para as autarquias locais*». O objectivo foi criar condições para a integração das diferentes contabilidades: Contabilidade Orçamental, Patrimonial e Analítica.

De realçar que um dos aspectos inovadores do POCAL é a obrigatoriedade de incluir nos documentos de prestação de contas informação patrimonial e económica, muito similar à apresentada pelas empresas públicas e privadas. Assim, nos documentos de prestação de contas dos municípios passou a incluir-se o balanço, o mapa de demonstração de resultados e respectivos anexos complementares daqueles documentos, elaborados na base do acréscimo ou do princípio da especialização dos exercícios enquanto a contabilidade orçamental é elaborada na base de caixa ou de compromissos.

A fiabilidade na informação patrimonial e económica ainda não é a desejada, apesar da clara evolução anual, devido ao ainda reduzido número de anos de prestação de contas com o balanço e o mapa de demonstração de resultados.

Da análise do balanço e demonstração de resultados dos municípios da RAA, podemos salientar o seguinte:

- Desde 2002, os municípios apresentam o balanço e a demonstração de resultados como documentos de prestação de contas, corrigindo alguns erros detectados ao longo dos anos, o que contribuiu para o melhoramento da informação constante nos referidos mapas;
- Em relação ao cumprimento das regras do POCAL, designadamente em obediência ao princípio da especialização dos exercícios, os subsídios ou

transferências recebidas e destinadas à aquisição de bens de investimento devem ser registadas como proveitos diferidos e não como proveitos do exercício e na região verifica-se que dois municípios (Vila do Porto e Lagoa) não apresentam valores nesta rubrica do passivo. Esta ausência de valor poderá significar que estes municípios não receberam subsídios para investimentos em 2007 e 2008 ou que estão a contabilizar estes valores como proveitos do exercício e consequentemente a inflacionar os resultados económicos;

- Ainda em relação ao princípio da especialização dos exercícios, os encargos com férias têm que ser reconhecidos no próprio exercício como acréscimos de custos, ainda que não tenham documentação vinculativa; e não no exercício em que ocorre a despesa como custos do exercício. Na Região, constata-se que os municípios das Lajes das Flores e o de Vila do Porto (no ano de 2008) não executam o estabelecido no POCAL;
- Também em obediência ao princípio da especialização dos exercícios, os bens do imobilizado (bens inventariáveis) são considerados custos à medida que vão sendo depreciados ou desvalorizados. Em termos contabilísticos, o registo da desvalorização anual do imobilizado designa-se por «*amortizações*» e é um dos principais custos dos municípios dado o elevado valor dos activos imobilizados. No entanto, apesar da obrigatoriedade do registo anual das amortizações dos exercícios, o município de Santa Cruz das Flores não efectua este registo contabilístico. Deste modo, os resultados económicos desse município estão sobreavaliados;
- Ainda no cumprimento dos princípios contabilísticos, para as dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes que se encontrem em mora, deve ser criada uma provisão para cobrança duvidosa. No entanto, verifica-se que apenas 9 (nove) dos municípios apresentam, no balanço, na coluna AP (amortizações e provisões) os valores da respectiva redução (provisão) referente a dívidas de cobrança duvidosa (e que acrescentaria aos custos do exercício). Esta situação pode ser justificada pelos seguintes factores: ser ainda reduzida a preocupação pelo apuramento do resultado económico; os valores das dívidas a receber de clientes serem reduzidos, dado que vários municípios ainda registam a liquidação (direito) de algumas receitas apenas no momento da cobrança; uma

parte das dívidas a receber referirem-se ao Estado e, de acordo com o POCAL, não devem ser criadas provisões sobre dívidas de entidades do sector público.

- Em relação às existências, verifica-se que 6 (seis) municípios não apresentam qualquer valor nessa rubrica. Contudo, esta ausência pode não significar incumprimento das regras contabilísticas, mas evidenciar uma delegação dos serviços produtivos em serviços ou empresas municipais.

4.2. Análise das componentes do Balanço agregado

4.2.1. Activo

Os valores globais do Activo dos municípios da região, apresentam-se no quadro seguinte:

Componentes do activo	2007		2008		Variação
Bens de domínio público	457.538.542	45,52%	484.469.552	45,33%	5,89%
Imobilizado Incorpóreo	6.116.855	0,61%	5.956.762	0,56%	-2,62%
Imobilizado Corpóreo	508.796.028	50,61%	529.465.123	49,54%	4,06%
Investimentos Financeiros	7.588.549	0,75%	16.823.838	1,57%	121,70%
Total do Imobilizado	980.039.975	97,49%	1.036.715.275	97,00%	5,78%
Existências	1.062.136	0,11%	1.436.520	0,13%	35,25%
Dívidas a receber	14.060.609	1,40%	18.364.490	1,72%	30,61%
Títulos negociáveis	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Depósitos e Caixa	7.933.592	0,79%	8.863.757	0,83%	11,72%
Acréscimos e diferimentos	2.146.342	0,21%	3.416.748	0,32%	59,19%
Total do activo	1.005.242.654	100,00%	1.068.796.790	100,00%	6,32%

Quadro 7 – Estrutura do Activo do Balanço

Da informação constante no Quadro 7, podemos concluir o seguinte:

- O imobilizado representa mais de 95% do activo total dos municípios da RAA. De salientar que existem municípios cujo imobilizado ainda não está totalmente inventariado, avaliado e contabilizado, pelo que é possível que este rácio aumente nos próximos anos.

- b) Os Bens de Domínio Público representam cerca de 46% do activo total e a estrutura dos mesmos está representada no quadro seguinte. Verifica-se que a principal componente dos Bens de Domínio Público, no ano de 2008, são as “outras construções e infra-estruturas” que representam 72,25%. As “imobilizações em curso” (obras em curso) representam uma parcela significativa (17,95%, em 2008), não havendo indicações sobre a natureza das mesmas. A estrutura dos Bens de Domínio Público em relação a 2007 sofreu uma variação significativa, nos “Outros bens de domínio público”, de 112,93% como se pode comprovar no quadro seguinte:

Bens de domínio público	2007		2008		Variação
Terrenos e recursos naturais	26.493.683	5,79%	27.034.447	5,58%	2,04%
Edifícios	15.162.097	3,31%	14.903.785	3,08%	-1,70%
Outras construções e infra-estruturas	347.957.489	76,05%	350.016.445	72,25%	0,59%
Bens do património histórico, artístico e cultural	970.755	0,21%	982.884	0,20%	1,25%
Outros bens de domínio público	2.133.098	0,47%	4.542.016	0,94%	112,93%
Imobilizações em curso	64.813.060	14,17%	86.981.613	17,95%	34,20%
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	8.362	0,00%	8.362	0,00%	0,00%
Total	457.538.542	100,00%	484.469.552	100,00%	5,89%

Quadro 8 – Bens de Domínio Público

- c) O Imobilizado Corpóreo representa cerca de 50% do activo total e inclui os bens duradouros, concluídos, não destinados a venda e não considerados Bens de Domínio Público. No quadro seguinte, é apresentada a estrutura do Imobilizado Corpóreo e constata-se que a componente com maior peso é a de “Edifícios e outras construções”.

Imobilizado corpóreo	2007		2008		Variação
Terrenos e recursos naturais	53.058.055	10,43%	56.051.459	10,59%	5,64%
Edifícios e outras construções	302.591.418	59,47%	331.016.382	62,52%	9,39%
Equipamento básico	77.908.925	15,31%	77.015.796	14,55%	-1,15%
Equipamento de transporte	6.608.049	1,30%	7.271.065	1,37%	10,03%
Ferramentas e utensílios	439.952	0,09%	1.328.942	0,25%	202,07%
Equipamento administrativo	2.310.254	0,45%	2.016.492	0,38%	-12,72%
Taras e vasilhame	0	—	36.398	—	—
Outras imobilizações corpóreas	1.963.671	0,39%	1.849.429	0,35%	-5,82%
Imobilizações em curso	63.896.201	12,56%	52.852.786	9,98%	-17,28%
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	19.503	0,00%	26.375	0,00%	35,23%
Total	508.796.028	100,00%	529.465.123	100,00%	4,06%

Quadro 9 – Imobilizado Corpóreo

- d) Os Investimentos Financeiros representam apenas 1,57% do activo total, em 2008. De verificar que a conta “Partes de capital” é a componente com maior peso nos investimentos financeiros (57,53%). Por outro lado, verificou-se em relação a 2007 uma variação significativa, nos “Investimentos em imóveis”, de 1549,75% como se pode comprovar no quadro seguinte:

Investimentos Financeiros	2007		2008		Variação
Partes de capital	7.153.970	94,27%	9.678.561	57,53%	35,29%
Investimentos em imóveis	433.018	5,71%	7.143.716	42,46%	1549,75%
Outras aplicações financeiras	1.562	0,02%	1.562	0,01%	0,00%
Total	7.588.549	100,00%	16.823.838	100,00%	121,70%

Quadro 10 – Investimentos Financeiros

- e) As existências representam um valor muito pouco significativo, apenas 0,13% do activo total, verificando-se contudo uma variação de 35,25% em relação ao ano anterior, como se pode constatar no quadro seguinte:

Existências	2007		2008		Variação
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.018.192	95,86%	1.398.682	97,37%	37,37%
Mercadorias	43.944	4,14%	37.838	2,63%	-13,90%
Total	1.062.136	100,00%	1.436.520	100,00%	35,25%

Quadro 11 – Existências

- f) As dívidas a receber (de terceiros) representam apenas 1,72 % do activo total, ascendendo a 18.364.490€ (contra 14.060.609€ em 2007), valor este que pode estar sub-dimensionado uma vez que nem todos os municípios registam contabilisticamente os direitos sobre terceiros no momento em que se vencem, mas sim no momento da cobrança. No quadro seguinte, que apresenta as principais componentes das dívidas a receber, constata-se um aumento de cerca de 31% das dívidas por cobrar em relação ao ano anterior.

Dívidas a receber	2007		2008		Variação
Dívidas a receber - M/L prazo	1.790.353	12,73%	0	0,00%	-100,00%
Cientes, contribuintes e utentes	3.516.133	25,01%	2.980.057	16,23%	-15,25%
Cientes de cobrança duvidosa	70.661	0,50%	64.901	0,35%	-8,15%
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	38.750	0,28%	0	0,00%	-100,00%
Estado e outros entes públicos	464.376	3,30%	347.415	1,89%	-25,19%
Administração autárquica	666.104	4,74%	512.376	2,79%	-23,08%
Outros devedores	7.514.231	53,44%	14.459.741	78,74%	92,43%
Total	14.060.609	100,00%	18.364.490	100,00%	30,61%

Quadro 12 – Dívidas a Receber (de terceiros)

- g) As disponibilidades representam apenas 0,83% do activo total (peso idêntico ao do ano anterior) e são a componente do activo com menor subjectividade, pois incluem o valor dos saldos em caixa e instituições financeiras. De referir que em 2007, o valor ascendeu a 7.933.592€, verificando-se um aumento de cerca de 12% (8.863.757€). Contudo, a interpretação do valor das disponibilidades deve ser efectuada em simultâneo com a informação obtida no Mapa de Fluxos de Caixa, no qual estão desagregadas as disponibilidades orçamentais e as Operações de Tesouraria.

Disponibilidades	2007		2008		Variação
Depósitos	7.892.469	99,48%	8.808.754	99,38%	11,61%
Caixa	41.123	0,52%	55.003	0,62%	33,75%
Total	7.933.592	100,00%	8.863.757	100,00%	11,72%

Quadro 13 – Disponibilidades

- h) Os «*acréscimos de proveitos*» são proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es), de acordo com o POCAL. Exemplos: juros de aplicações de tesouraria que se vencem em exercícios seguintes, subsídios para formação a receber, etc.. De referir que este valor ascendeu a 2.617.536€ (no ano de 2008), verificando-se um aumento de 76,13% em relação ao ano anterior. Tal variação, é significativa e advém de uma maior sensibilização dos municípios para a aplicação do princípio contabilístico da especialização ou do acréscimo.
- i) Os «*custos diferidos*», compreendem os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, de acordo com o POCAL. Exemplos: as rendas pagas já referentes ao ano económico seguinte, despesas de conservação plurianual, seguros que envolvem meses relativos a exercícios económicos diferentes, etc.. Como se pode constatar no quadro seguinte, este valor, no ano de 2008, ascendeu a 799.212€, verificando-se um aumento de 21,05% em relação ao ano anterior.

Acréscimos e diferimentos	2007		2008		Variação
Acréscimos de proveitos	1.486.126	69,24%	2.617.536	76,61%	76,13%
Custos diferidos	660.216	30,76%	799.212	23,39%	21,05%
Total	2.146.342	100,00%	3.416.748	100,00%	59,19%

Quadro 14 – Acréscimos e Diferimentos

4.2.2. Fundos Próprios

Os fundos próprios calculam-se pela diferença entre o Activo e o Passivo e no quadro seguinte, apresentam-se os valores globais (agregados) dos Fundos Próprios dos municípios da Região.

Componentes dos Fundos Próprios	2007		2008		Variação
Património	528.802.807	90,07%	510.200.283	85,48%	-3,52%
Reservas, subsídios, doações	37.347.560	6,36%	40.810.980	6,84%	9,27%
Resultados transitados	8.740.838	1,49%	40.775.919	6,83%	366,50%
Resultados do exercício	12.212.091	2,08%	5.047.306	0,85%	-58,67%
Total dos Fundos Próprios	587.103.297	100,00%	596.834.488	100,00%	1,66%

Quadro 15 – Estrutura dos Fundos Próprios do Balanço

- a) O Património no ano de 2008, dos municípios da região, diminuiu em termos globais cerca de 4% em relação ao ano anterior. No entanto, analisando o valor do Património por município, constata-se que em 2007 e 2008 só o Município da Calheta apresenta valores negativos (1.807.515 e 1.612.012€, respectivamente) e o Município com o valor positivo mais elevado é o da Horta. De salientar que os Municípios que apresentam variações mais elevadas são o da Lagoa (133,94%) e o de Santa Cruz das Flores (88,96%). Tais variações podem justificar-se pelo inventário inicial de bens ainda não estar concluído em alguns Municípios.

MUNICÍPIOS	Património		
	2007	2008	Variação
Vila do Porto	21.002.762	15.942.081	-24,10%
Ponta Delgada	77.475.644	78.077.702	0,78%
Ribeira Grande	20.877.212	21.083.085	0,99%
Lagoa	3.217.775	7.527.564	133,94%
Vila Franca do Campo	75.146.624	75.203.793	0,08%
Povoação	5.803.841	5.803.841	0,00%
Nordeste	38.505.267	38.505.267	0,00%
Angra do Heroísmo	81.639.193	56.044.643	-31,35%
Praia da Vitória	29.390.905	29.498.714	0,37%
Santa Cruz da Graciosa	1.778.085	2.220.449	24,88%
Calheta	-1.807.515	-1.612.012	10,82%
Velas	18.207.474	18.313.742	0,58%
São Roque do Pico	29.129.991	29.129.991	0,00%
Lajes do Pico	15.319.769	15.286.626	-0,22%
Madalena	7.326.822	7.326.822	0,00%
Horta	78.968.087	78.968.087	0,00%
Santa Cruz das Flores	6.811.012	12.870.026	88,96%
Lajes das Flores	18.123.340	18.123.340	0,00%
Corvo	1.886.520	1.886.520	0,00%
TOTAL	528.802.807	510.200.283	-3,52%

Quadro 16 – Património

- b) Os subsídios contabilizados nos fundos próprios, são destinados a investimentos em bens não amortizáveis. Em 2008, apenas quatro municípios da região reconheceram subsídios, à semelhança do ano anterior. Em relação, às reservas dezasseis municípios contabilizaram valores nesta conta.

Da análise do quadro seguinte, constata-se que a variação global das componentes reservas + subsídios + doações foi de 9,27%, em relação ao ano anterior (2007) e os municípios que registaram as variações mais elevadas foram o de São Roque do Pico (91,01%) e o da Povoação (82,37%).

MUNICÍPIOS	Reservas, subsídios e doações		
	2007	2008	Variação
Vila do Porto	0	0	—
Ponta Delgada	1.470.634	2.502.979	70,20%
Ribeira Grande	11.706.756	13.607.893	16,24%
Lagoa	15.923.541	16.039.812	0,73%
Vila Franca do Campo	154.778	161.130	4,10%
Povoação	586.388	1.069.417	82,37%
Nordeste	176.542	189.202	7,17%
Angra do Heroísmo	4.794.163	4.794.163	0,00%
Praia da Vitória	364.722	393.435	7,87%
Santa Cruz da Graciosa	205.319	238.004	15,92%
Calheta	5.987	-183.438	-3164,10%
Velas	10.837	16.460	51,89%
São Roque do Pico	341	651	91,01%
Lajes do Pico	0	75	—
Madalena	135.098	164.622	21,85%
Horta	317.770	221.024	-30,45%
Santa Cruz das Flores	424.594	424.594	0,00%
Lajes das Flores	0	24.161	—
Corvo	1.070.090	1.146.796	7,17%
TOTAL	37.347.560	40.810.980	9,27%

Quadro 17 – Reservas, subsídios e doações

- c) Os Resultados Transitados, no ano de 2008, dos municípios da região, aumentaram em termos globais cerca de 367% em relação ao ano anterior. Analisando o valor dos Resultados Transitados de cada município, constata-se que, em 2008, esses valores oscilam entre – 10.896.865€ (Horta) e 27.173.867€ (Ponta Delgada). De referir que este valor é afectado negativamente quando os Municípios no ano anterior obtiveram um Resultado Líquido negativo. Por outro

lado, convém referir que todas as correcções relativas a valores de exercícios económicos anteriores e que sejam materialmente relevantes afectam, negativamente ou positivamente, o valor dos Resultados Transitados.

MUNICÍPIOS	Resultados transitados		
	2007	2008	Variação
Vila do Porto	12.306.986	11.609.276	-5,67%
Ponta Delgada	22.465.530	27.173.867	20,96%
Ribeira Grande	5.127.128	8.849.652	72,60%
Lagoa	1.314.637	1.314.637	0,00%
Vila Franca do Campo	662.897	726.335	-9,57%
Povoação	-1.446.138	-2.463.798	-70,37%
Nordeste	3.319.509	3.560.066	7,25%
Angra do Heroísmo	-25.943.826	-684.471	97,36%
Praia da Vitória	3.616.366	4.345.385	20,16%
Santa Cruz da Graciosa	3.797.818	4.113.647	8,32%
Calheta	-2.225.065	-2.225.065	0,00%
Velas	-2.671.423	-2.840.651	-6,33%
São Roque do Pico	-2.842.598	-3.339.425	-17,48%
Lajes do Pico	-2.899.666	-3.606.646	-24,38%
Madalena	2.172.073	2.042.804	-5,95%
Horta	-9.165.852	-10.896.865	-18,89%
Santa Cruz das Flores	0	1.485.643	—
Lajes das Flores	1.152.462	1.611.528	39,83%
Corvo	0	0	—
TOTAL	8.740.838	40.775.919	366,50%

Quadro 18 – Resultados Transitados

- d) O Resultado Líquido do Exercício, representa a diferença entre os Proveitos e os Custos de um determinado exercício económico. No ano de 2008, verifica-se que nove Municípios da Região apresentam resultados líquidos negativos (Horta, Vila Franca do Campo, Angra do Heroísmo, Vila do Porto, Povoação, São Roque do Pico, Lajes das Flores, Calheta e Velas) e dez municípios resultados líquidos positivos. De referir que o resultado líquido tem ainda alguma subjectividade enquanto não for reconhecido no Activo todo o Imobilizado e nas Demonstrações Financeiras as respectivas amortizações.

MUNICÍPIOS	Resultado Líquido do Exercício		
	2007	2008	Variação
Vila do Porto	-697.710	-558.707	19,92%
Ponta Delgada	4.956.144	2.215.392	-55,30%
Ribeira Grande	3.918.447	4.311.090	10,02%
Lagoa	2.325.432	2.265.613	-2,57%
Vila Franca do Campo	127.043	-1.586.172	-1348,53%
Povoação	483.029	-423.454	-187,67%
Nordeste	253.217	102.504	-59,52%
Angra do Heroísmo	-335.195	-700.261	-108,91%
Praia da Vitória	445.656	55.497	-87,55%
Santa Cruz da Graciosa	653.685	626.823	-4,11%
Calheta	195.503	-29.103	-114,89%
Velas	112.460	-1.557	-101,38%
São Roque do Pico	-371.909	-384.039	-3,26%
Lajes do Pico	-661.993	191.835	-128,98%
Madalena	590.465	579.597	-1,84%
Horta	-1.827.759	-2.387.402	-30,62%
Santa Cruz das Flores	1.485.643	495.341	-66,66%
Lajes das Flores	483.228	-36.208	-107,49%
Corvo	76.706	310.518	304,82%
TOTAL	12.212.091	5.047.306	-58,67%

Quadro 19 – Resultado Líquido do Exercício

- e) Os fundos próprios, como referido anteriormente, calculam-se pela diferença entre o Activo e o Passivo. E no quadro seguinte, constata-se que apenas o município da Calheta apresenta, nos anos de 2007 e 2008, valores negativos. De referir que os valores positivos oscilam entre 3.343.835€ (Corvo) e 109.969.939€ (Ponta Delgada).

MUNICÍPIOS	Total dos Fundos Próprios		
	2007	2008	Variação
Vila do Porto	32.612.039	26.992.651	-17,23%
Ponta Delgada	106.367.952	109.969.939	3,39%
Ribeira Grande	41.629.542	47.851.720	14,95%
Lagoa	22.781.385	27.147.627	19,17%
Vila Franca do Campo	76.091.342	74.505.087	-2,08%
Povoação	5.427.120	3.986.006	-26,55%
Nordeste	42.254.535	42.357.039	0,24%
Angra do Heroísmo	60.154.335	59.454.074	-1,16%
Praia da Vitória	33.817.650	34.293.032	1,41%
Santa Cruz da Graciosa	6.434.907	7.198.923	11,87%
Calheta	-3.831.091	-4.049.618	-5,70%
Velas	15.659.348	15.487.994	-1,09%
São Roque do Pico	25.915.824	25.407.178	-1,96%
Lajes do Pico	11.758.109	11.871.890	0,97%
Madalena	10.224.459	10.113.844	-1,08%
Horta	68.292.246	65.904.844	-3,50%
Santa Cruz das Flores	8.721.248	15.275.603	75,15%
Lajes das Flores	19.759.029	19.722.821	-0,18%
Corvo	3.033.317	3.343.835	10,24%
TOTAL	587.103.297	596.834.488	1,66%

Quadro 20 – Total dos Fundos Próprios

4.2.3. Passivo

O Passivo inclui três grandes componentes: as “dívidas a pagar de curto e médio / longo prazo” (passivo exigível); os “acréscimos de custos” e os “proveitos diferidos” (passivo não exigível) e as “provisões para riscos e encargos” (passivo possivelmente exigível). Os valores globais do Passivo dos municípios da região, apresentam-se no quadro seguinte:

Componentes do Passivo	2007		2008		Variação
Dívidas a Médio e Longo Prazo	141.945.286	33,95%	153.578.499	32,54%	8,20%
Dívidas a Curto Prazo	38.279.492	9,15%	54.921.995	11,64%	43,48%
Total de dívidas a terceiros	180.224.778	43,10%	208.500.494	44,18%	15,69%
Provisões para riscos e encargos	0	0,00%	13.611	0,00%	0,00%
Acréscimos de Custos	6.447.432	1,54%	7.859.478	1,67%	21,90%
Proveitos Diferidos	231.467.148	55,36%	255.588.720	54,15%	10,42%
Total do Passivo	418.139.357	100,00%	471.962.303	100,00%	12,87%

Quadro 21 – Estrutura do Passivo do Balanço

Assim, analisando as componentes do passivo, temos que:

- a) O total das dívidas a pagar (a terceiros), curto e médio e longo prazo, informação relevante para a análise dos municípios da Região, representam 44,18% do passivo, no ano de 2008, ascendendo a 208.500.494€, como se constata no quadro anterior. Verifica-se que o maior peso das dívidas a terceiros centra-se no médio e longo prazo.

MUNICÍPIOS	Dívidas a Médio e Longo Prazo			Dívidas a Curto Prazo			Total de Dívidas a Terceiros		
	2007	2008	Variação	2007	2008	Variação	2007	2008	Variação
Vila do Porto	1.488.249	1.271.397	-14,57%	172.840	177.765	2,85%	1.661.088	1.449.161	-12,76%
Ponta Delgada	22.436.217	26.101.888	16,34%	4.210.239	6.673.268	58,50%	26.646.456	32.775.156	23,00%
Ribeira Grande	13.956.475	12.257.950	-12,17%	4.680.511	11.026.245	135,58%	18.636.987	23.284.196	24,94%
Lagoa	8.748.486	10.046.317	14,83%	1.517.534	3.814.187	151,34%	10.266.020	13.860.504	35,01%
Vila Franca do Campo	13.470.211	22.255.045	65,22%	9.273.709	644.210	-93,05%	22.743.920	22.899.254	0,68%
Povoação	10.074.323	9.229.634	-8,38%	1.976.634	5.310.478	168,66%	12.050.957	14.540.112	20,66%
Nordeste	8.693.591	8.409.050	-3,27%	698.587	1.346.706	92,78%	9.392.179	9.755.756	3,87%
Angra do Heroísmo	21.954.918	22.765.574	3,69%	1.003.607	1.516.119	51,07%	22.958.526	24.281.693	5,76%
Praia da Vitória	8.558.992	9.139.669	6,78%	1.261.948	6.936.276	449,65%	9.820.940	16.075.945	63,69%
Santa Cruz da Graciosa	1.202.529	1.068.605	-11,14%	103.250	40.893	-60,39%	1.305.780	1.109.498	-15,03%
Calheta	3.931.295	3.569.712	-9,20%	5.633.203	7.232.854	28,40%	9.564.498	10.802.566	12,94%
Velas	5.427.659	4.892.412	-9,86%	1.772.591	2.743.391	54,77%	7.200.251	7.635.802	6,05%
São Roque do Pico	2.162.439	1.889.358	-12,63%	100.828	16.543	-83,59%	2.263.266	1.905.901	-15,79%
Lajes do Pico	4.539.962	4.705.998	3,66%	2.145.287	2.179.458	1,59%	6.685.249	6.885.456	2,99%
Madalena	5.329.321	6.061.748	13,74%	584.595	1.808.865	209,42%	5.913.916	7.870.613	33,09%
Horta	6.039.375	6.386.856	5,75%	2.311.487	2.572.446	11,29%	8.350.862	8.959.302	7,29%
Santa Cruz das Flores	1.432.652	1.236.298	-13,71%	40.215	117.331	191,76%	1.472.867	1.353.629	-8,10%
Lajes das Flores	775.563	657.902	-15,17%	111.683	166.757	49,31%	887.246	824.660	-7,05%
Corvo	1.723.029	1.633.088	-5,22%	680.744	598.204	-12,12%	2.403.773	2.231.292	-7,18%
TOTAL	141.945.286	153.578.499	8,20%	38.279.492	54.921.995	43,48%	180.224.778	208.500.494	15,69%

Quadro 22 – Dívidas a Pagar (Curto e médio e longo prazo)

Os municípios da Região que apresentam valores mais elevados de dívidas a terceiros são: Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo e os com valores mais baixos são: Lajes das Flores, Santa Cruz da Graciosa, Santa Cruz das Flores e Vila do Porto. De referir que os valores das dívidas dos municípios da região oscilam entre 824.660€ e 32.775.156€. A variação das dívidas em relação ao ano anterior foi positiva e ascendeu a 15,69%, mas alguns municípios diminuíram a respectiva dívida.

- b) Os «*acréscimos de custos*» são custos que devem ser reconhecidos no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es), de acordo com o POCAL.

Exemplos: encargos com férias. De salientar que, na Região, somente os municípios das Lajes das Flores e o de Vila do Porto (no ano de 2008) não executam o estabelecido no POCAL.

MUNICÍPIOS	Acréscimos de Custos		
	2007	2008	Variação
Vila do Porto	11.923	0	-100,00%
Ponta Delgada	1.424.679	2.168.196	52,19%
Ribeira Grande	779.609	672.778	-13,70%
Lagoa	345.944	331.053	-4,30%
Vila Franca do Campo	384.203	394.875	2,78%
Povoação	470.049	297.115	-36,79%
Nordeste	262.079	309.323	18,03%
Angra do Heroísmo	135.619	972.028	616,73%
Praia da Vitória	751.102	736.458	-1,95%
Santa Cruz da Graciosa	119.458	126.952	6,27%
Calheta	211.941	239.681	13,09%
Velas	238.034	283.478	19,09%
São Roque do Pico	158.756	176.325	11,07%
Lajes do Pico	245.169	243.413	-0,72%
Madalena	236.671	275.891	16,57%
Horta	482.159	468.064	-2,92%
Santa Cruz das Flores	16.609	12.778	-23,07%
Lajes das Flores	0	0	-
Corvo	173.426	151.069	-12,89%
TOTAL	6.447.432	7.859.478	21,90%

Quadro 23 – Acréscimos de Custos

- c) Os «*proveitos diferidos*» são proveitos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, de acordo com o POCAL. Exemplos: subsídios ao investimento, em resultado de projectos de cooperação, contratos-programas, etc.. Como se pode constatar, quase a totalidade dos municípios da região apresentam valores elevados nesta conta. Os municípios que não utilizam esta conta porque contabilizam esses subsídios como proveitos do próprio exercício podem apresentar as Demonstrações Financeiras (Balanço e Demonstração de Resultados) com alterações significativas. De referir que esta conta, em 2008, representa uma média de 54,15% do total do Passivo.

MUNICÍPIOS	Proveitos Diferidos		
	2007	2008	Variação
Vila do Porto	0	0	—
Ponta Delgada	35.169.103	39.212.511	11,50%
Ribeira Grande	20.841.577	29.749.333	42,74%
Lagoa	0	0	—
Vila Franca do Campo	14.635.696	14.278.585	-2,44%
Povoação	11.045.998	11.056.227	0,09%
Nordeste	13.251.031	12.862.349	-2,93%
Angra do Heroísmo	35.917.696	35.430.415	-1,36%
Praia da Vitória	26.981.125	29.227.633	8,33%
Santa Cruz da Graciosa	3.242.098	4.134.773	27,53%
Calheta	9.029.247	9.209.545	2,00%
Velas	9.363.615	11.198.705	19,60%
São Roque do Pico	3.429.922	3.422.214	-0,22%
Lajes do Pico	13.215.370	14.779.530	11,84%
Madalena	8.002.215	10.861.703	35,73%
Horta	17.421.098	20.118.701	15,48%
Santa Cruz das Flores	5.846	5.846	0,00%
Lajes das Flores	6.353.416	6.353.416	0,00%
Corvo	3.562.095	3.687.232	3,51%
TOTAL	231.467.148	255.588.720	10,42%

Quadro 24 – Proveitos Diferidos

4.2.4. Liquidez

A Liquidez pode ser calculada com base na fórmula seguinte:

$$\text{Liquidez} = \text{Disponibilidades} + \text{Títulos negociáveis} + \text{Dívidas a receber de curto prazo} - \text{Dívidas a pagar a curto prazo}$$

Os valores globais da Liquidez dos municípios da região, apresentam-se no quadro seguinte:

	Fórmula da Liquidez	2007	2008	Variação
1	Disponibilidades	7.933.592	8.863.757	11,72%
2	Títulos negociáveis	0	0	0,00%
3	Dívidas a receber de curto prazo	12.270.256	18.364.490	49,67%
4	Dívidas a pagar de curto prazo	38.279.492	54.921.995	43,48%
5	Liquidez (5 = 1+2+3-4)	-18.075.645	-27.693.748	-53,21%

Quadro 25 – Liquidez Global dos Municípios da Região

Do Quadro 25, podemos constatar que a Liquidez Global dos municípios da Região apresenta valores negativos em 2007 e 2008, ascendendo a -18.075.645€ e -27.693.748€, respectivamente. De referir que se verificou um aumento da falta de liquidez de 2007 para 2008, de 53,21%.

Conclui-se que, as dívidas a terceiros de curto prazo no montante de 54.921.995€ são superiores aos activos de curto prazo (disponibilidades e o total das dívidas a receber).

No Quadro 26, apresentamos a Liquidez de cada município e podemos constatar que 9 (nove) municípios encontram-se numa situação de Liquidez Negativa. Tal situação significa que a soma dos valores das dívidas a receber (créditos sobre terceiros) de curto prazo e disponibilidades não são suficientes para pagar as dívidas a pagar (débitos a terceiros) de curto prazo. De referir que o município com maior Liquidez, no ano de 2008, é o de Vila Franca do Campo, ascendendo o montante a 1.634.763€.

MUNICÍPIOS	Liquidez	
	2007	2008
Vila do Porto	169.275	368.461
Ponta Delgada	-2.654.385	-5.045.606
Ribeira Grande	-3.258.458	-9.853.786
Lagoa	-1.018.506	-3.320.432
Vila Franca do Campo	-6.621.000	1.634.763
Povoação	-1.447.002	-4.938.144
Nordeste	-101.018	-932.125
Angra do Heroísmo	-8.860	110.171
Praia da Vitória	6.436.325	958.364
Santa Cruz da Graciosa	118.089	142.034
Calheta	-5.268.516	-6.987.570
Velas	-1.547.290	-1.164.292
São Roque do Pico	323.131	505.436
Lajes do Pico	-1.739.115	-1.493.280
Madalena	-417.078	684.275
Horta	-1.419.442	1.328.158
Santa Cruz das Flores	160.401	148.228
Lajes das Flores	444.608	570.338
Corvo	-226.803	-408.742
TOTAL	-18.075.645	-27.693.748

Quadro 26 – Liquidez de cada Município

4.2.5. Endividamento

A Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro) no seu artigo 36.º define o endividamento líquido municipal como, “a diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dividas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros”.

Esquemáticamente, a fórmula do endividamento líquido municipal, será a seguinte:

(2) Activos Financeiros	(1) Passivos Financeiros
Saldo de caixa	Empréstimos
Créditos sobre terceiros	Contratos de Locação Financeira
Depósitos	Dividas a fornecedores e outros credores
Aplicações de Tesouraria	
ENDIVIDAMENTO LIQUIDO = (1) - (2)	

Quadro 27 – Fórmula do Endividamento Líquido Municipal

O endividamento líquido global, em 2008, ascendeu a 181.272.247€, verificando-se um aumento de aproximadamente 15% em relação ao ano anterior, como se constata no quadro seguinte:

(2) Activos Financeiros	2007	2008	Variação	(1) Passivos Financeiros	2007	2008	Variação
Dívidas a receber (curto prazo e médio e longo prazo)	14.060.609	18.364.490	30,61%	Dívidas a pagar (curto prazo e médio e longo prazo)	180.224.778	208.500.494	15,69%
Disponibilidades	7.933.592	8.863.757	11,72%				
Títulos negociáveis	0	0	—				
TOTAL	21.994.201	27.228.247	23,80%	TOTAL	180.224.778	208.500.494	15,69%
	158.230.577	181.272.247	14,56%	ENDIVIDAMENTO LIQUIDO (1) - (2)			

Quadro 28 – Endividamento Líquido Global, em 2007 e 2008

No Quadro 29, apresentamos o endividamento líquido de cada município e no qual se constata que os valores oscilam entre 87.564€ (Lajes das Flores) e 31.147.494€ (Ponta Delgada). De salientar que 9 (nove) municípios da região diminuíram o respectivo endividamento líquido, oscilando essa diminuição entre -1.27% (Lajes do Pico) e -73,54% (Lajes das Flores).

MUNICÍPIOS	Endividamento líquido		
	2007	2008	Variação
Vila do Porto	1.318.973	902.935	-31,54%
Ponta Delgada	25.090.602	31.147.494	24,14%
Ribeira Grande	17.214.934	22.111.737	28,45%
Lagoa	9.766.992	13.366.748	36,86%
Vila Franca do Campo	20.091.211	20.620.282	2,63%
Povoação	11.521.325	14.167.778	22,97%
Nordeste	8.794.610	9.341.175	6,21%
Angra do Heroísmo	21.963.779	22.655.403	3,15%
Praia da Vitória	332.314	8.181.305	2361,92%
Santa Cruz da Graciosa	1.084.440	926.572	-14,56%
Calheta	9.199.811	10.557.282	14,76%
Velas	6.974.950	6.056.703	-13,16%
São Roque do Pico	1.839.308	1.383.922	-24,76%
Lajes do Pico	6.279.078	6.199.278	-1,27%
Madalena	5.746.399	5.377.473	-6,42%
Horta	7.458.816	5.058.698	-32,18%
Santa Cruz das Flores	1.272.251	1.088.070	-14,48%
Lajes das Flores	330.955	87.564	-73,54%
Corvo	1.949.832	2.041.829	4,72%
TOTAL	158.230.577	181.272.247	14,56%

Quadro 29 – Endividamento Líquido de cada Município

4.3. Proveitos, custos e resultados

4.3.1. Demonstração de Resultados

Os resultados líquidos de um município representam a diferença entre os Proveitos e os Custos e são apresentados de uma forma resumida na Demonstração de Resultados por Natureza ou na Demonstração de Resultados por Funções, não sendo esta última obrigatória no POCAL.

A Demonstração de Resultados por Natureza divide os custos, os proveitos e os resultados em operacionais, financeiros, correntes e extraordinários.

A estrutura dos custos e proveitos de todos os municípios da região, está apresentada no quadro seguinte:

Custos	2008		Proveitos	2008	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5.079.489	3,25%	Vendas	7.490.658	4,65%
Fornecimentos e serviços externos	28.472.361	18,23%	Prestação de serviços e outras situações	5.717.308	3,55%
Custos com pessoal	48.575.583	31,11%	Impostos e taxas	29.406.835	18,24%
Transferências e subsídios concedidos	15.001.391	9,61%	Transferências e subsídios obtidos	101.176.613	62,77%
Amortizações	33.510.972	21,46%	Trabalhos para a própria entidade	3.737.065	2,32%
Provisões	229.822	0,15%	Proveitos suplementares	472.159	0,29%
Outros custos operacionais	379.309	0,24%	Outros proveitos operacionais	47.708	0,03%
Custos financeiros	8.049.699	5,16%	Proveitos financeiros	640.302	0,40%
Custos extraordinários	16.843.608	10,79%	Proveitos extraordinários	12.500.890	7,76%
Total de Custos	156.142.233	100,00%	Total de Proveitos	161.189.540	100,00%

Quadro 30 – Estrutura dos Custos e Proveitos dos Municípios da Região

Da análise dos Quadros 30 e 31, salientamos o seguinte:

- Das componentes dos custos destacam-se os “Custos com pessoal” e as “Amortizações” com o peso de 31,11% e 21,46%, respectivamente.
- Ainda na estrutura dos custos, destacam-se os “Fornecimentos e serviços externos” com o peso de 18,23%.
- Das componentes dos proveitos destacam-se as “Transferências e subsídios obtidos” e os “Impostos e taxas” com o peso de 62,77% e 18,24%, respectivamente.
- Os municípios apresentaram um resultado líquido global positivo de 5.047.306€, registando-se um decréscimo de 58,67% em relação ao ano de 2007 (12.212.091€).

Custos	2007	2008	Proveitos	2007	2008
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.556.587	5.079.489	Vendas	7.135.989	7.490.658
Fornecimentos e serviços externos	28.083.474	28.472.361	Prestação de serviços e outras situações	6.096.889	5.717.308
Custos com pessoal	48.030.167	48.575.583	Impostos e taxas	31.549.165	29.406.835
Transferências e subsídios concedidos	11.605.899	15.001.391	Transferências e subsídios obtidos	94.962.483	101.176.613
Amortizações	32.042.258	33.510.972	Trabalhos para a própria entidade	4.550.197	3.737.065
Provisões	177.845	229.822	Proveitos suplementares	626.744	472.159
Outros custos operacionais	399.418	379.309	Outros proveitos operacionais	3.235	47.708
Custos financeiros	6.483.541	8.049.699	Proveitos financeiros	471.713	640.302
Custos extraordinários	20.057.879	16.843.608	Proveitos extraordinários	17.252.744	12.500.890
Total de Custos	150.437.067	156.142.233	Total de Proveitos	162.649.158	161.189.540
Resultados Operacionais				21.029.054	16.799.421
Resultados Financeiros				-6.011.828	-7.409.397
Resultados Correntes				15.017.226	9.390.024
Resultado Líquido do Exercício				12.212.091	5.047.306

Quadro 31 – Demonstração de Resultados dos Municípios da Região (2007 e 2008)

- No Quadro 32, apresentamos o Resultado Líquido de cada município e no qual se consta que os valores, no ano de 2008, oscilam entre 4.311.090€ (Ribeira Grande) e -2.387.402€ (Horta).
- Dos 19 (dezanove) municípios da região 10 (dez) apresentam Resultado Líquido positivo no ano de 2008, o qual oscila entre 55.497€ (Praia da Vitória) e 4.311.090€ (Ribeira Grande).

MUNICÍPIOS	Resultado Líquido		
	2007	2008	Variação
Vila do Porto	-697.710	-558.707	19,92%
Ponta Delgada	4.956.144	2.215.392	-55,30%
Ribeira Grande	3.918.447	4.311.090	10,02%
Lagoa	2.325.432	2.265.613	-2,57%
Vila Franca do Campo	127.044	-1.586.172	-1348,52%
Povoação	483.029	-423.454	-187,67%
Nordeste	253.217	102.504	-59,52%
Angra do Heroísmo	-335.195	-700.261	-108,91%
Praia da Vitória	445.656	55.497	-87,55%
Santa Cruz da Graciosa	653.685	626.823	-4,11%
Calheta	195.503	-29.103	-114,89%
Velas	112.460	-1.557	-101,38%
São Roque do Pico	-371.909	-384.039	-3,26%
Lajes do Pico	-661.993	191.835	-128,98%
Madalena	590.465	579.597	-1,84%
Horta	-1.827.759	-2.387.402	-30,62%
Santa Cruz das Flores	1.485.643	495.341	-66,66%
Lajes das Flores	483.228	-36.208	-107,49%
Corvo	76.706	310.518	304,82%
TOTAL	12.212.091	5.047.306	-58,67%

Quadro 32 – Resultado Líquido de cada Município

4.3.2. Custos

Analisando o Quadro 33, que apresenta os valores agregados das componentes dos custos dos municípios da região, podemos salientar o seguinte:

- As componentes de custos com maior peso são: os custos com pessoal, as amortizações e os fornecimentos e serviços externos.
- Os custos com pessoal são a componente com maior peso, nos anos de 2007 e 2008. Verifica-se, em 2008, um aumento de 1,14% passando de um valor global de 48.030.167€ para 48.575.583€.
- Os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas são a componente que sofreu uma maior variação (42,82%), passando de um valor global de 3.556.587€ para 5.079.489€.

- O total dos custos teve um aumento de 3,79% valor, maior que o aumento verificado nos proveitos e, consequentemente os Resultados sofreram uma diminuição (ver Quadro 31).

Custos	2007	2008	Variação
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.556.587	5.079.489	42,82%
Fornecimentos e serviços externos	28.083.474	28.472.361	1,38%
Custos com pessoal	48.030.167	48.575.583	1,14%
Transferências e subsídios concedidos	11.605.899	15.001.391	29,26%
Amortizações	32.042.258	33.510.972	4,58%
Provisões	177.845	229.822	29,23%
Outros custos operacionais	399.418	379.309	-5,03%
Custos financeiros	6.483.541	8.049.699	24,16%
Custos extraordinários	20.057.879	16.843.608	-16,02%
Total de Custos	150.437.067	156.142.233	3,79%

Quadro 33 – Estrutura dos Custos dos Municípios da Região

4.3.3. Proveitos

Analisando o Quadro 34, que apresenta os valores agregados das componentes dos proveitos dos municípios da região, podemos salientar o seguinte:

- As transferências e subsídios obtidos e os impostos / taxas são as duas grandes componentes dos proveitos.
- Verificou-se de 2007 para 2008 um aumento de 6,54% nos proveitos das transferências e subsídios obtidos e uma diminuição de 6,79% nos impostos e taxas.
- O total dos proveitos teve uma variação negativa (-0,90%) e inferior à variação dos custos, o que provocou uma diminuição nos Resultados.

Proveitos	2007	2008	Variação
Vendas	7.135.989	7.490.658	4,97%
Prestação de serviços e outras situações	6.096.889	5.717.308	-6,23%
Impostos e taxas	31.549.165	29.406.835	-6,79%
Transferências e subsídios obtidos	94.962.483	101.176.613	6,54%
Trabalhos para a própria entidade	4.550.197	3.737.065	-17,87%
Proveitos suplementares	626.744	472.159	-24,66%
Outros proveitos operacionais	3.235	47.708	1374,76%
Proveitos financeiros	471.713	640.302	35,74%
Proveitos extraordinários	17.252.744	12.500.890	-27,54%
Total de Proveitos	162.649.158	161.189.540	-0,90%

Quadro 34 – Estrutura dos Proveitos dos Municípios da Região

5. CONCLUSÃO

Da análise dos documentos de Prestação de Contas de 2008 dos municípios da Região Autónoma dos Açores, concluímos que o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL) está globalmente implementado e revela-se um instrumento fundamental de apoio à gestão, com a integração das diferentes contabilidades: Orçamental, Patrimonial e Analítica. Porém, verificamos que alguns municípios ainda não concluíram a inventariação de todos os bens que compõem o património que este novo tipo de gestão exige e, adicionalmente, alguns municípios apresentam Demonstrações Financeiras desvirtuadas por ainda não terem aplicado o princípio da especialização do exercício.

Verificamos que na Região não existe nenhum município com independência financeira e que a dependência financeira dos municípios apresenta uma amplitude entre o máximo de 95% (Corvo e Nordeste) e um mínimo de 60% (Ponta Delgada).

Quanto à estrutura das receitas verificamos que as transferências recebidas do Estado (Fundos do Orçamento do Estado) são, a nível geral, a principal fonte de receita e, em média, representam 46,36% das receitas totais e os Impostos e Taxas representam 13,88% em 2008. Estas duas componentes da receita, representam, em média, 60,24% das receitas totais.

Sobre a estrutura da despesa verificamos que a despesa mais representativa foi a de Investimento (aquisição de bens de capital), com o peso de 36,67% e aumentou 4,20% em relação a 2007 (32,47%). As despesas com pessoal também têm um peso importante, tendo representado 23,29% da despesa total (diminuindo 2,20% em relação ao ano de 2007). As aquisições de bens e serviços apresentam um peso de 13,19%, no total da despesa paga, com uma diminuição de 1,39%, em relação ao ano anterior. Nos Activos Financeiros (investimentos financeiros) e Passivos Financeiros (amortizações de empréstimos) verificamos variações pouco significativas, em relação ao ano de 2007.

Numa análise comparativa do total das despesas correntes e despesas de capital, verificamos que, em 2008, as despesas de capital representam 52,63%, contra 49,98% em 2007. As despesas correntes cobradas são superiores às receitas correntes pagas, pelo que o saldo corrente de caixa para a média dos municípios da região é positivo, ascendendo a 10.164.770€. Verifica-se uma diminuição de 24,16% em relação ao ano de 2007 (13.402.185€).

Analisando os Activos e os Passivos, dos municípios da região, verificamos que o imobilizado representa mais de 95% do activo total e é possível que este rácio sofra alterações nos próximos anos porque existem municípios cujo imobilizado ainda não está totalmente inventariado, avaliado e contabilizado.

As dívidas a receber representam 1,72 % do activo total, ascendendo a 18.364.490€, tendo aumentado cerca de 31% em relação ao ano anterior. Este valor pode estar sub-dimensionado uma vez que nem todos os municípios registam contabilisticamente os direitos sobre terceiros no momento em que se vencem, mas sim no momento da cobrança. As disponibilidades representam 0,83% do activo total e, em 2007, o valor ascendeu a 7.933.592€, verificando-se um aumento de cerca de 12% (8.863.757€).

As dívidas a pagar (a terceiros), curto e médio e longo prazo, representam 44,18% do passivo, no ano de 2008, ascendendo a 208.500.494€; a variação das dívidas em relação ao ano anterior foi positiva, ascendendo a 15,69%. O peso das dívidas a terceiros, de maior relevância, centra-se no médio e longo prazo.

Concluimos que, as dívidas a terceiros de curto prazo, no ano de 2008, no montante de 54.921.995€ são superiores aos activos de curto prazo (disponibilidades e o total das dívidas a receber), resultando uma Liquidez Global negativa dos municípios da Região. Em 2007 e 2008, esse valor ascendeu a -18.075.645€ e -27.693.748€, respectivamente. Verificamos, assim, uma redução da falta de liquidez de 2007 para 2008, na ordem dos 53,21%.

Em relação à análise da Demonstração de Resultados de cada município, verificamos que dez Municípios apresentam resultados líquidos positivos (Ponta Delgada, Ribeira

Grande, Lagoa, Nordeste, Praia da Vitória, Santa Cruz da Graciosa, Lajes do Pico, Madalena, Santa Cruz das Flores e Corvo) enquanto nove municípios apresentam resultados líquidos negativos (Vila do Porto, Vila Franca do Campo, Povoação, Angra do Heroísmo, Calheta, Velas, São Roque do Pico, Horta e Lajes das Flores. Nas componentes dos custos, são os custos com pessoal que têm maior peso, ascendendo a 48.575.583€, em 2008. Porém, verificamos um aumento de 1,14% em relação ao ano de 2007 (48.030.167€). Da análise das componentes dos proveitos, verificamos que são as transferências e subsídios obtidos e os impostos / taxas que têm maior peso, ascendendo em 2008 a 101.176.613€ e 29.406.835€, respectivamente. O total dos proveitos teve uma variação de -0,90%, inferior à variação dos custos (3,79%), o que levou a uma diminuição nos Resultados.